

UM SOCIALISMO PÓS-MARXISTA? NOTAS SOBRE UMA PROPOSTA DE DEMOCRACIA RADICAL*

Eurelino Coêlho Neto

Prof. Auxiliar do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia

RESUMO — *Este artigo tematiza alguns aspectos da proposta de socialismo que se auto-intitula pós-marxista e põe em relevo sua dívida para com o pós-estruturalismo, notadamente para com idéias-chave de Jacques Derrida. Em seguida são formulados alguns questionamentos sobre pressupostos e asserções da concepção pós-marxista de socialismo, na tentativa de oferecer algumas hipóteses para uma crítica. O livro Hegemony and Socialist Strategy, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (London, Verso, 1985) é tomado como representativo das postulações políticas pós-marxistas.*

ABSTRACT— *This article analyzes some aspects of the proposal of socialism which call itself “post-marxist”, and stresses its debt to the post-structuralism, while taking into account main Jacques Derrida's ideas. Then some questions about presuppositions and assumptions of post-marxist conception of socialism are formulated in attempt to provide some hypotheses for a criticism. Hegemony and Socialist Strategy by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (London, Verso, 1985) is here accepted as representative of post-marxist political positions.*

... se há uma determinação na história - no sentido forte da expressão, ontologicamente - então o ser humano não pode ser concebido na esfera da liberdade. Uma história pensada como práxis não pode ter nenhum sentido diverso daquele que construímos historicamente. A história é o lugar onde é possível criar sentido para aquilo que, em si mesmo, nenhum sentido possui. (ROLIM,1991).

Nunca me esquecerei deste acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra,
Tinha uma pedra no meio do caminho.

(Carlos Drummond de Andrade)

* Este texto é uma versão modificada do trabalho final apresentado na disciplina Pós- Estruturalismo, Discurso e Política, do programa de Mestrado em Ciência Política da UFPE, no primeiro semestre de 1995. O autor é bolsista da CAPES.

Perry Anderson, num livro consagrado ao tema, *O Fim da História*, descreve o envelhecimento do que ele considera serem os quatro requisitos clássicos para a afirmação do projeto socialista: 1) a evolução histórica da incompatibilidade entre a natureza progressivamente social das forças produtivas e a apropriação privada das mesmas — superada pelo pós-fordismo; 2) a existência da agência subjetiva capaz de protagonizar a transição para o socialismo, que seria o proletariado, gerado pela própria indústria moderna — o operariado contemporâneo tem reduzido seu peso proporcional e se afasta da perspectiva política da revolução; 3) a identificação do objetivo político do planejamento global do produto pelos próprios produtores livremente associados — suplantada pela aceitação geral de que a propriedade coletiva é uma garantia de ineficiência e tirania; 4) a eleição da igualdade entre os indivíduos como valor ético fundamental — valor negado por ser atentatório à liberdade ou à produtividade (Anderson, 1992). É verdade que o autor cuida de fazer algumas ressalvas, mas estas não diminuem a sensação provocada por sua descrição apocalíptica, de que soa o dobre de finados para, pelo menos, a concepção de socialismo apoiada nesses requisitos, que é, obviamente, aquela de orientação marxista.

Eis uma característica de nosso tempo: a visão de futuro passa por uma mutação, e este fenômeno inflete, alterando as práticas políticas que modelam o presente. O socialismo sempre foi uma marca definidora da visão de futuro que animou a prática militante de uma quantidade ponderável de agentes políticos de esquerda. A imagem de um futuro socialista e a proposta de engajamento para sua construção conhecem, entretanto, no tempo presente, uma crise de profundidade inédita. Recuperando a famosa metáfora de Walter Benjamin sobre um quadro de Paul Klee, diríamos que tudo se passa como se algo terrível tivesse ocorrido às costas do Anjo, com conseqüências tão desastrosas que já não é mais possível dizer em que direção sopram os ventos tempestuosos do progresso¹. Desapareceram ou encontram-se enfraquecidas as condições que possibilitavam a circulação e a aceitação da idéia de que a história se encaminhava para um fim já conhecido. Dissolveram-se os frágeis consensos que ainda davam unidade à proposta de uma sociedade socialista. Evidentemente, este fenômeno é demasiado amplo para ser aprofundado aqui, mas a referência serve precisamente para indicar que a crise de que fala Anderson prende-se a este movimento mais geral, liga-se ao envelhecimento de certos valores centrais da modernidade.

Se é verdade que os paradigmas marxistas (como os requisitos

mencionados por Anderson) são atingidos em cheio por tais perturbações, pode-se notar, entretanto, que a esquerda como um todo reage a isso de modo muito heterogêneo. Alguns autores vêm tentando elaborar uma tipologia da(s) esquerda(s) pós-comunista(s)², mas é um esforço ainda incipiente, sobretudo em razão de ser este um fenômeno em pleno processamento. Pior para nós, porque é exatamente uma forma particular de movimento, que aparece³ como reação às ondas de choque da crise do projeto socialista marxista, que nos interessa tematizar: o projeto de Democracia Radical, para empregar a expressão dos próprios Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, autores do livro que tomaremos aqui como representativo do socialismo pós-marxista (*Laclau and Mouffe, 1985*). Neste artigo, as expressões Democracia Radical e pós-marxismo referir-se-ão especificamente às idéias contidas no livro citado. Cabe esclarecer, porém, que não pretendemos fazer uma exposição cabal dos argumentos ali apresentados, o que daria a este trabalho a configuração definitiva de uma resenha. Com o devido cuidado, para não fazer apropriações ilegítimas, resgataremos apenas os elementos que considerarmos essenciais para os objetivos a que nos propomos.

Nessa obra, os autores fazem uma apresentação categórica de uma proposta política autodefinida como socialista e fundada em outras bases filosóficas que não o materialismo histórico. Para Laclau e Mouffe, as suas asserções realizam uma crítica e, portanto, se afastam das proposições marxistas. Contudo, são também, simultânea e paradoxalmente, continuadoras, de certa forma, dessa tradição, na medida em que suas problemáticas se relacionam com questões postas pelo marxismo. É por esse motivo que os autores aplicam a si mesmos a denominação “pós-marxista”, como o emblema de uma ruptura com continuação. Veremos, mais adiante, que esta noção de ruptura incompleta é peça importante na articulação do projeto radical-democrático.

Neste artigo, apresentaremos, de forma sucinta, as origens e a trajetória das principais problemáticas que vão alimentar as posições pós-marxistas, e também discorreremos sobre seus pressupostos teóricos mais evidentes. Em seguida, serão formulados alguns questionamentos sobre pressupostos e asserções da concepção pós-marxista de socialismo, na tentativa de oferecer algumas hipóteses para uma crítica. A construção de uma crítica sistematizada e completa, que passe em revista, de modo aprofundado, o projeto e toda a fundamentação filosófica nele implicada, requer um esforço muito maior, e está muito além das pretensões deste estudo.

1 A EVOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA NO INTERIOR DO ESTRUTURALISMO

A afirmação feita anteriormente, de que o movimento pós-marxista *aparece* como uma reação à crise do projeto socialista, exige alguma explicação. O que possibilitou este aparecimento? Que processos antecedem e preparam terreno para este fenômeno? Colocar estas questões significa suspeitar da aparência de “reação à crise do projeto socialista” que, no primeiro momento, encontramos no nosso objeto de estudo. Para a análise que fazemos, levantar esta suspeita é imprescindível, pois é ela que nos coloca em posição de investigar a história do fenômeno, aquilo que provocou a sua existência. Tanto mais que, neste caso, estamos tratando de um livro que se antecipa à grande explosão da crise do projeto socialista surgida na esteira da Perestroika/Glasnost, da queda do Muro de Berlim e dos demais acontecimentos que atingiram o Leste Europeu. Embora emergja praticamente no mesmo período (um pouco antes, na verdade) e embora suas teses não destoem tanto das críticas ao marxismo que se multiplicaram desde então, é certo que a Democracia Radical tem sua própria história, a despeito de ter aparecido como manifestação reativa.

Para uma reconstituição sumária da trajetória da problemática que vai desaguar (também) nas posições pós-marxistas, é conveniente bosquejar, inicialmente, a evolução de certos questionamentos postos pelo estruturalismo. Isso porque, com efeito, alguns paradigmas estruturalistas exercem uma influência teórica nada desprezível sobre as conjunturas intelectuais das últimas décadas, e também porque a crítica do pós-marxismo ao marxismo é nutrida, como se verá, por elementos extraídos do arsenal do estruturalismo⁴.

Saussure, como quase sempre acontece em reconstituições da história do estruturalismo, servirá como ponto de partida, por seu esforço para definir o estatuto científico da Linguística através, sobretudo, do isolamento completo do objeto dessa ciência. São bastante conhecidos os pares de oposição formais que este autor empregou como recurso para a segregação do seu objeto: língua/fala, significado/significante, sintagma/paradigma, para citar somente os mais importantes. O que interessa aqui é sublinhar a concepção saussureana de que o objeto da Linguística (a língua) é produto da combinação de um fenômeno físico, o som, com um fenômeno psicológico, o pensamento, e que esse produto é pura forma:

A Lingüística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*. (SAUSSURE, 1988:131, *itálico no original*).

A implicação decisiva desta postulação é deduzir que, na língua, não há termos positivos, presentes a si: apenas as diferenças entre os termos permitem atribuir-lhes valor. Por este gesto, a língua é tomada como um sistema formal, isto é, composto por elementos não-positivos: um sistema de diferenças.

O movimento teórico de formalização, iniciado por Saussure, logo ganhou traços cada vez mais acentuados. Alguns elementos da própria teoria de Saussure foram questionados, a partir de uma perspectiva ainda mais formalista. É, por exemplo, o caso da distinção, realizada no Curso de Lingüística Geral, entre significante e significado: ela basear-se-ia em que o primeiro estaria preso à substância fônica. Ora, isso é o retorno pela janela da incômoda positividade — a substância — que se impelira porta afora. Também é o caso da distinção entre língua (um “tesouro” coletivo) e fala (o uso individual desse tesouro). Aqui o problema é que tal distinção presume um sujeito exterior ao mundo da linguagem que, por conseguinte, estaria em posição de diferenciar, de um ponto de vista externo, os termos dessa oposição.

Esta presunção, entretanto, deveria ser severamente questionada pela incorporação da crítica e da revogação da categoria cartesiana de sujeito, fundado no cogito. Tal crítica vai possibilitar o

reconhecimento cada vez maior de que as intervenções lingüísticas de falantes individuais revelam padrões e regularidades concebíveis somente como *sistema de diferenças*. Isso permitiu a expansão do modelo lingüístico para incluir o discurso. (LACLAU, 1991:134, *itálico no original*).

Duas coisas a serem observadas aqui: a mitigação da autonomia do sujeito da fala, que se perde em meio a regularidades que ele não controla, e, o que é decisivo, a extensão da noção de sistema de diferenças para muito além do objeto da Lingüística, uma vez que a expulsão da substância pelo formalismo passa a dificultar qualquer distinção entre ações lingüísticas e extralingüísticas.

Nem tudo, porém, havia ainda sido tragado pela maré montante do formalismo contra a presença e a substância: restava colocar em xeque a estabilidade da relação entre significante e significado. É o que inaugura aquilo que vem sendo chamado por certos autores de pós-estruturalismo. A contestação da característica de imediação

do signo representa a decretação da crise da noção da presença auto-evidente dos objetos. A definição dos significados, se não podia apoiar-se em nenhuma positividade estável, era até aqui operada pela remissão a um contexto específico, estabilizador. Agora os limites que definem o contexto tornam-se imprecisos, inespecíficos, não saturados, e a consequência é a relativização das identidades que compõem a unidade do sistema. Para Laclau, este traço é generalizável: “as mais diversas formas do pensamento contemporâneo são impregnadas do caráter relacional das identidades em conjunção com a impossibilidade de controlar intelectualmente o contexto.”(1992:135). Decerram-se as perspectivas, que o pós-estruturalismo saberá explorar convenientemente, para a vigência de um anti-essencialismo radical a partir da abertura dos contextos. O significante aparece, agora, dotado de uma ambigüidade radical, pervadido por diferentes significados, todos eles pretendentes à legitimidade da significação. Segundo Laclau, é essa ambigüidade radical que força a abertura do contexto e subverte a fixidez do signo.

Retomaremos mais amiúde, logo abaixo, alguns tópicos do pós-estruturalismo através de um de seus mais conhecidos representantes. Antes, porém, será proveitoso examinar as conclusões que Laclau, no texto citado, extrai da evolução do formalismo estruturalista. A primeira diz respeito à noção de discurso, uma categoria central para o autor, pensada como sendo anterior à distinção entre o lingüístico e o não-lingüístico e que, por conseguinte, não se confunde nem com um nem com outro. Trata-se, segundo o autor, de um momento relacional inscrito na zona compreendida entre essas regiões e que é uma instância limítrofe com o “social”. Note-se que só é possível para Laclau construir este conceito de discurso, através da remissão ao questionamento da distinção entre o lingüístico e o não-lingüístico, ou seja, a um momento do debate estruturalista, o que ajuda a esclarecer suas opções teóricas no ato mesmo de constituição de suas categorias. Note-se também a presença nuançada do pressuposto tipicamente fenomenologista da redução: a suspensão de tudo quanto diz respeito à relação entre o mundo físico e o conhecimento. Sublinhe-se, por fim, que para essa perspectiva todos os atos sociais são constituídos *na forma de seqüências discursivas que articulam elementos lingüísticos e extra-lingüísticos* (p.137, grifo meu). Se é assim, tudo o que poderia ser considerado como propriamente “social” desaparece do horizonte de compreensibilidade dos fenômenos humanos, cedendo espaço para “as formas” da discursividade, estas sim, inteligíveis à luz da contribuição estruturalista. “Limítrofe”,

a metáfora empregada pelo autor, significa, portanto, uma fronteira fechada: todo elemento com o qual se opera no âmbito das relações sociais encontra-se sempre já imerso no mundo da discursividade, cujo exterior, isto é, o “social”, não pode ser visitado.

A segunda conclusão é “que o caráter relacional do discurso é precisamente o que permite a generalização do modelo linguístico quanto ao conjunto das relações sociais.”(p.137) Não se trata de substituir a realidade pela linguagem, mas de reconhecer que, a partir das crescentes formalizações do modelo linguístico, é possível “delimitar um conjunto de lógicas relacionais envolvendo mais do que o estritamente definido como linguístico”(p.137). Claro que tudo isso implica uma revisão do conceito de objetividade, o que, além de expressamente admitido pelo autor, é, de resto, uma implicação do mencionado pressuposto fenomenologista.

Por último, uma derivação das duas primeiras: as identidades sociais são atravessadas pela mesma ambigüidade radical apontada acima. Isso equivale a dizer que elas são vulneráveis quanto a novas relações, isto é, são identidades relacionais. Disso resultam grandes conseqüências para o pensamento político. Mas detenhamo-nos, antes, no aprofundamento de alguns pontos das proposições pós-estruturalistas que estão imbricados nos pressupostos teóricos do projeto socialista pós-marxista.

2 CONSOLIDAÇÃO DA PROBLEMÁTICA: JACQUES DERRIDA E A CRÍTICA DA METAFÍSICA DA PRESENÇA

Esse brevíssimo relato que fizemos sobre o estruturalismo, no qual tentamos acompanhar a evolução de uma certa problemática, coloca-nos agora em condições de examinar melhor algumas proposições que, mais diretamente, dão fundamento à proposta radical-democrática. Derrida, um dos principais formuladores intelectuais do movimento a que chamamos acima de pós-estruturalismo, fornece a melhor amostra que poderíamos desejar para a análise. E isso, seja por sua condição de reconhecido e legítimo autor de importantes teses nesse campo, seja por sua influência direta sobre Laclau e Mouffe e seu projeto.

Num de seus mais conhecidos textos, Derrida apresenta o gesto que caracteriza o momento de uma ruptura na história do conceito de estrutura (DERRIDA, 1971). Esse conceito, antes do momento de que trata o autor, teria sido sempre enfraquecido pela atribuição a si de um centro, um ponto estável que permitiria a coerência e a organização da própria estrutura. O centro, cujos

nomes recebidos ao longo da história (eidos, arquê, telos, ousia, transcendentalidade, consciência, Deus, homem, etc.) sempre “designaram o invariante de uma presença”(p.231), existia numa espécie de contradição paradoxal com a estrutura que é, ao contrário, o espaço onde se dá o jogo dos elementos (permuta ou transposição desses elementos). O gesto restaurador da integridade estrutural da estrutura, isto é, a eliminação da presença incômoda de um centro que restringia os movimentos do jogo, esse gesto começa exatamente pela descoberta de que o centro fora instituído “pela força de um desejo”(p.230) e constituído “a partir de uma imobilidade fundadora e uma *certeza tranquilizadora*, ela própria subtraída ao jogo”(p.231, grifo meu). A ruptura na história do conceito de estrutura consiste em remover o centro, ou melhor, em descobrir que não havia centro, que ele fora sempre uma função de um desejo, sem lugar material na estrutura.

Nosso tempo traz consigo o descentramento, e isso proporciona a entrada em cena de uma personagem que “invade o campo paradigmático universal”(p.232): a linguagem. Não faz mais sentido a busca de uma chave hermenêutica, pois não existe uma estrutura ordenada para ser conhecida a partir de deduções operadas sobre a premissa do centro descoberto. Em contrapartida, ganha força a *afirmação* nietzscheana, a afirmação alegre do jogo do mundo e da inocência do devir, a afirmação de um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa”(p.248, *itálico no original*). Este é o mundo descentrado, a ordem do signo irreduzível a um significado fixo, e nesse mundo não há lugar para ilusões como a da imediação de qualquer dado. A presença plena, o signo plenamente saturado, é apenas o sonho do homem, esse ser que deseja “o fundamento tranquilizador, a origem e o fim do jogo”(249).⁵

Fica claro, a essa altura, que o núcleo da crítica de Derrida dirige-se contra o que ele mesmo chamou de metafísica da presença. Estamos diante de um esforço muito bem articulado de desontologização do mundo, praticado em harmonia com um formidável golpe desferido contra o humanismo.⁶ Aqui reside um dos pontos capitais a ser considerado por uma crítica mais completa do pós-estruturalismo, tarefa da qual, não obstante, não nos ocuparemos neste artigo.

Outro modo pelo qual a relação significante-significado lograva uma certa estabilização era a sua remissão a um determinado contexto. A função do contexto era a de reduzir a equivocidade e a indeterminação do significante. Derrida investe também contra a noção de contexto, que abriga em seu interior “pressuposições filosóficas muito bem determinadas”. Seu esforço é “demonstrar

porque é que um contexto nunca é absolutamente determinável, ou melhor, em que sua determinação nunca é assegurada ou saturada” (DERRIDA, 1991:351). Não é necessário, para os nossos objetivos, acompanhar passo a passo o seu raciocínio. Basta-nos o seu argumento central, que parte da afirmação do que seria a característica mais importante de qualquer escrita, ou seja, de qualquer marca produzida para significar: ela precisa conter sempre a possibilidade de sua legibilidade, precisa ser *iterável*. Desde que tenha sido produzida com esse fim, ela o será: mesmo na ausência do destinatário ou do produtor da marca, “a possibilidade de repetir e, portanto, identificar as marcas está implícita em qualquer código, fazendo dele uma grelha comunicável, transmissível, decifrável, iterável por um terceiro, depois por qualquer utente em geral” (p.356). Ora, isso quer dizer que, pensada em sua radical iterabilidade, a marca não só sobrevive ao desaparecimento dos contextos de sua produção e destino como é, ela própria, a responsável pela explosão da noção de contexto como estabilizador de sentido. “Qualquer signo (...) pode ser *citado*, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma não saturável”. E “Esta citacionalidade (...) da marca não é um acidente ou uma anomalia, é aquilo (normal / anormal) sem o qual uma marca não poderia mesmo ter um funcionamento dito ‘normal’ ” (p.362, *itálico no original*).

De um lado, o gesto descentralizador após o qual tudo se torna discurso, ordem do signo, sistema de diferenças. De outro, a impossibilidade de evocar o contexto como redutor da equivocidade do significante. Será o caos? A resposta de Derrida parece ser negativa (a de Laclau e Mouffe é, certamente, negativa). Analisando o movimento empreendido pela etnologia de Lévi-Strauss, Derrida constata o uso com reservas que esse autor faz dos velhos conceitos, conservando-os e “denunciando aqui e ali os seus limites” (1971:238). Para Derrida, o autor de *La Pensée Sauvage* “permanecerá sempre fiel a esta dupla intenção: conservar como instrumento aquilo cujo valor de verdade ele critica” (p.238). À posição de suspeita quanto aos conceitos, Lévi-Strauss agrega a proposta de bricolagem, que é a de trabalhar com os meios que estão à mão, não necessariamente concebidos para a operação à qual vão servir. A bricolagem seria a forma da crítica da linguagem, cuja necessidade torna-se evidente, a partir do momento em que se suspeita dos conceitos. O que chama a atenção de Derrida para o método de Lévi-Strauss é o fato de que este, prescindindo de qualquer referência a um centro ou a um sujeito privilegiado, consegue, ainda assim, elaborar um discurso sobre o mito, através da bricolagem. Para Lévi-Strauss, o

seu discurso sobre o mito é acêntrico, como precisa ser para não violentar a estrutura acêntrica do discurso mítico: o discurso mitológico precisa ser, também, mitomórfico. Derrida conclui que esta função mitopoética da bricolagem “faz aparecer como mitológica, isto é, como ilusão histórica, a exigência filosófica ou epistemológica do centro”(p.242) .

Em resumo: a continuação do uso de “velhos conceitos” que, não obstante, são colocados sob suspeita; o objetivo de construir um discurso acêntrico partindo do que se tem à mão (bricolagem); isso significa que Derrida não propõe um salto no escuro para fora da filosofia. Por isso ele considera importante colocar o problema da exigência epistemológica de distinção das várias qualidades de discurso sobre o mito, sem o que “condenamo-nos a transformar a pretensa transgressão da filosofia em erro despercebido no interior do discurso filosófico”(1971:243).

Em um outro texto, esse autor expõe, mais enfaticamente, o seu programa (DERRIDA,1973). A propósito do conceito de experiência em ciência, sugere esgotar os recursos do conceito, parasitá-lo, antes de alcançá-lo por desconstrução. Derrida condena a crítica ingênua que pretende suspender a experiência para fazer surgir a experiência transcendental. Ao contrário, propõe a rasura do conceito, o jogo com seus elementos internos. Em outras palavras, a desconstrução derridiana pensa a si mesma como não se acomodando no interior das fronteiras culturais, das quais a história da metafísica é a guardiã. Praticaria, sim, contra elas, violência, mas sem que isso signifique projetar-se para além dos seus limites. Supor essa transposição de limites é já reconhecer o fracasso dessa tentativa. A ruptura deve permanecer incompleta.

Um último elemento precisa ser trazido para este rascunho da fundamentação pós-estruturalista de selo derridiano do projeto radical-democrático: a noção de suplementariedade. De origem na psicanálise, ela descreve a liberdade de movimento do jogo na falta de um centro ou uma origem. É próprio da significação, isto é, do processo pelo qual um signo substitui (supre) uma ausência, um acréscimo de sentido (suplementação), que imprime uma superabundância do significante. Quer dizer que cada significante traz consigo a possibilidade permanente de um acréscimo de sentido, que suplementa o seu significado original. Longe de ser um excedente morto, o suplemento, em certos casos, está capacitado a roubar a cena, num movimento cuja compreensão abre uma lógica do suplemento.

Essa referência é importante para compreender a composição do livro *Hegemony and Socialist Strategy*. Os autores montam a

exposição, a partir da identificação de um suplemento, que aparece inicialmente como perturbação teórica do discurso marxista. O que provocaria a perturbação seriam circunstâncias como, por exemplo, a de que o proletariado russo do início do século, dadas as condições de atraso do desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente fragilidade social da burguesia naquele país, precisaria assumir as tarefas históricas que estariam originalmente determinadas para a burguesia (a derrubada do antigo regime e a instalação da democracia liberal). A essa relação de um agente de classe com as tarefas históricas de uma outra classe, a essa transferência de tarefas, o marxismo denominou hegemonia. O que estaria na origem deste conceito seria, portanto, uma relação anômala, instalada num espaço em que não há a vigência plena da determinação. Para Laclau e Mouffe, essa situação caracteriza a suplementação: relações hegemônicas suplementam as relações de classe. Seu texto, então, pode ser lido como uma descrição do funcionamento da lógica do suplemento aplicada à noção de hegemonia no discurso marxista. O que acontece ao final é que o suplemento se instala em lugar daquilo que ele antes supria, e os autores proclamam a vitória final da hegemonia sobre as relações de classe. Naturalmente, quando o movimento se completa, o discurso que o descreve se encontra transformado por este mesmo movimento. Isso autoriza os autores a pleitearem a denominação “pós-marxista”. Mas estes já são elementos para serem abordados no bojo de outras questões postas pelo projeto radical-democrático. É do que trataremos a seguir.

3 A CORROSÃO DAS SUBSTÂNCIAS, AS CLASSES SOCIAIS E OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SOCIALISMO

A crítica de Laclau e Mouffe visa atingir, no marxismo, o seu apego à noção de classes como positividades sociais. A esse respeito, larga tradição de intelectuais reconhecidos como marxistas de primeira linha, muitos dos quais citados pelos autores, fornecem abundante confirmação de que o desenvolvimento do marxismo não se desviou da rota definida nas páginas do Manifesto Comunista de 1848: “a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história da luta de classes”(MARX e ENGELS, 1982:93). Parece, portanto, necessário admitir, com Laclau e Mouffe, que existe de fato uma característica essencialista no marxismo, vale dizer, uma perspectiva que atribui às classes sociais uma posição essencial na topografia do social. A implicação hermenêutica essencialista, então, é o que será chamado em *Hegemony and Socialist Strategy*

de “classismo”.

Em toda a primeira metade da obra, os autores acompanham a difícil convivência da hegemonia com o essencialismo ao longo da história do marxismo, sobretudo a partir da 2ª Internacional. Longe de ser pacífica, a convivência entre esses conceitos aparece como uma relação entre fronteiras que separam a lógica da necessidade histórica, comandada pelas classes, e a lógica “do contingente”, construída a partir de um espaço onde as classes não podem exercer sua determinação necessária. Já mencionamos como, pela vigência da lógica do suplemento, esta tensão se resolve em favor do contingente, representado pela hegemonia.

Não consiste em nenhuma novidade reconhecer a inscrição materialista do marxismo. Os autores visitados por Laclau e Mouffe, que vão desde os ortodoxos Plekhanov e Kautsky, passando pelos principais nomes da 2ª Internacional (Bernstein, Sorel, o segundo Kautsky), até o marxismo russo da época da Revolução de 1917 (Lenin e Trotsky) e Gramsci, certamente não se defenderiam da acusação de essencialismo se, por essencialismo, for possível entender materialismo. O problema da leitura que os autores fazem desses clássicos está em não questionar uma de suas características mais importantes, que é o fato de que eles representam, por um lado, o desenvolvimento de um conjunto de possibilidades contidas nos textos de Marx, mas, por outro, o menosprezo de outros elementos, também presentes na mesma fonte, e que são também passíveis de desdobramento. A questão aqui não é apenas descobrir o que foi abandonado - sobre isso Laclau e Mouffe estão, até certo ponto, alertas, e identificam a noção de hegemonia como o resíduo que se torna suplemento, mas sem remeter ao próprio Marx. Mais importante é interrogar por que foi processada essa seleção, e não outra. Dificilmente, porém, esta pergunta poderia ser respondida, sem que se levasse em conta a pressão exercida por certas positivities históricas (isto é, pelo contexto) sobre a produção teórica dos marxistas⁷. Esta senda não é explorada em *Hegemony and Socialist Strategy*, que segue por outro caminho.

As classes sociais não constituem apenas os elementos positivos essenciais do social, mas são também os pontos sólidos de alavancagem do projeto de socialismo marxista. De um modo geral, esta formulação avançou, em muitas produções teóricas marxistas, para a afirmação triunfalista da inexorabilidade da ditadura do proletariado. O socialismo aparece como uma etapa histórica necessariamente decorrente da luta de classes. É possível localizar esta posição em quase todo o marxismo da 2ª Internacional, e também nos escritos dos próprios Marx e Engels, e isso não

escapa a Laclau e Mouffe. Sua crítica, porém, não se detém nos aspectos triunfalistas ou na idéia de avanço necessário e inexorável para o socialismo. Seu alvo principal é, como dissemos acima, a própria noção de classe como positividade essencial. O que eles pretendem refutar é a tese segundo a qual as classes podem ser tomadas como fundamento ontológico das identidades sociais e, conseqüentemente, como a base ontológica de decolagem do socialismo. O que fica, de certo modo implícito na forma como eles colocam a questão, é o atrelamento do primeiro elemento (o triunfalismo) ao segundo (o essencialismo), como se aquele decorresse deste. No final deste artigo, levantaremos algumas suspeitas sobre a legitimidade desse atrelamento.

Numa seção intitulada “O último reduto do essencialismo: a economia”, os autores trabalham para corroer a certeza tranquilizadora da presença plena das classes sociais como instituidoras de identidades. Três seriam, segundo sua perspectiva, as condições para que o espaço da produção, onde se constituem as classes, pudesse ocupar a posição de gerador dos sujeitos da prática social: 1) suas leis de movimento precisariam ser estritamente endógenas, excluindo qualquer intervenção proveniente de esferas exteriores (o que, de acordo com os autores, corresponderia à tese marxista da neutralidade das forças produtivas); 2) a unidade e a homogeneidade dos agentes sociais deveria resultar dessas leis de movimento; 3) a posição dos agentes nas relações de produção deveria dotá-los de interesses históricos (o interesse fundamental do proletariado na revolução, segundo o marxismo). As teses pelas quais o marxismo teria tentado satisfazer essas condições são, uma a uma, refutadas por Laclau e Mouffe.

Quanto à suposta neutralidade das forças produtivas, tratar-se-ia de uma ficção. Uma vez que o elemento dinâmico das forças de produção, aquele que produz valor, é o trabalho, e que a força de trabalho encontra-se “incorporada (embodied) em pessoas capazes de práticas sociais” (LACLAU and MOUFFE, 1985:78)⁸, há que se notar que o capitalista tem necessidade de exercer sua dominação no próprio coração do processo produtivo. Isso equivaleria a admitir, seguem raciocinando os autores, que, se o capital combate sujeitos ativos e resistentes, é porque esta resistência afeta o desenvolvimento das forças produtivas. Logo, estas últimas não podem ser consideradas neutras.

Sobre a homogeneidade e unidade dos agentes sociais, a refutação baseia-se na constatação de que, se é verdade que as relações de assalariamento se generalizam, inclusive ainda hoje, por outro lado, o trabalho assalariado de tipo industrial/manual é

francamente declinante em importância e em número.

Por fim, o interesse da classe trabalhadora pelo socialismo seria muito mais uma atribuição dos analistas, que teriam a motivação política (o “desejo”, se os autores quisessem empregar a terminologia derridiana) de determinar qual a categoria social cujos interesses levam diretamente ao socialismo e à luta anticapitalista. Laclau e Mouffe descobrem, então, que a procura pela “verdadeira” classe operária é um falso problema, que só faz sentido quando imerso numa concepção escatológica da história. Isso não implica em que a “classe trabalhadora e o socialismo sejam incompatíveis, mas, sim, na afirmação muito diferente de que os interesses fundamentais pelo socialismo não podem ser logicamente deduzidos de determinadas posições no processo econômico”(p.84).

Com isso, crêem Laclau e Mouffe, o último reduto acha-se, enfim, devassado. A intromissão da contingência na esfera material da produção desestabiliza a solidez requerida para que esta última fosse aceita como “centro” ou “origem”, fundamento organizador da coerência do social. Já aprendemos com Derrida o que acontece quando o gesto de descentramento é completado: ampliam-se indefinidamente as possibilidades de movimento do “jogo”, e tudo torna-se discurso, ordem do signo. As identidades sociais, assim como os signos, são destituídas de qualquer valor que não seja aquele dado por sua posição num sistema diferencial. As pretensões de privilégio ontológico da classe trabalhadora, nessa perspectiva, passam a ser inteiramente descabidas pela ausência do centro. Com elas desaparecem, também, o sujeito revolucionário e a própria idéia de revolução como ato fundante de uma ordem social e de uma prática política. Em outro texto já citado, Laclau refere-se mais explicitamente à “necessidade de romper com o *mito provinciano da classe universal*” (1992:145, grifo meu). Em contrapartida a tudo isso, os autores propõem-se a pensar o espaço do social desobstruído da metafísica da presença a si dos velhos fundamentos ontológicos da proposta de socialismo. Isso, naturalmente, exige uma nova lógica do social, o que eles pretenderão realizar através da elaboração teórica do conceito de hegemonia.

Muito a propósito, o título do capítulo em que essa nova lógica do social é apresentada é *Além da Positividade do Social: Antagonismos e Hegemonia*. Inicialmente, o texto procura limpar terreno: “a multiformidade do social não pode ser apreendida através de um sistema de mediações, nem da ‘ordem social’ entendida como um princípio subjacente. Não existe espaço suturado peculiar à ‘sociedade’, uma vez que em si o social não tem essência” (LACLAU and MOUFFE, op. cit., p.96). A expressão “sistema de mediações” é

uma referência à concepção, de origem hegeliana e presente no marxismo, de relações entre elementos como momentos necessários de uma totalidade que os transcende. Ao contrário, a nova lógica do social é dominada pela categoria articulação, que se dá no espaço da contingência e que, portanto, supõe a não-existência de vínculos necessários entre os elementos em jogo.

Os autores prosseguem na construção teórica do conceito de hegemonia, considerando cuidadosamente uma série de problemas para a sua formulação. A nós, basta mencionar, rapidamente, três: a noção de sobredeterminação, a relação entre articulação e discurso e algo sobre a categoria de *sujeito*. O conceito de sobredeterminação é, originalmente, da lavra da Lingüística e da Psicanálise. Como categoria para pensar o social, é introduzida por Althusser e interessa a Laclau e Mouffe, mais por seu sentido potencial que pelo desenvolvimento efetivamente dado pelo autor de *Pour Marx*: "...o mais profundo sentido potencial da afirmação de Althusser (...) é que o social se constitui como ordem simbólica" (1985:97-8). Não existiria uma separação entre os planos das essências e das aparências, vez que não há um sentido literal oposto à ordem simbólica como a um segundo sentido. "Sociedade e agentes sociais prescindem de qualquer essência, e *suas regularidades consistem meramente em formas relativas e precárias de fixação* que acompanham o estabelecimento de uma certa ordem" (p.98, grifo meu). Ainda que Althusser e seus comentadores não tenham desenvolvido este sentido potencial, é a ele que o projeto radical-democrata recorre em busca de nomear um tipo diferente de estabilização da estrutura, que não remeta a uma noção de centro e sim se afirme através do caráter incompleto e politicamente negociável de toda identidade.

Articulação é apresentada como o nome de uma relação entre elementos cujas identidades são modificadas pela própria prática articulatória. E discurso é a totalidade estruturada, resultante da prática articulatória. As posições articuladas numa formação discursiva não têm, entre si, nenhuma relação necessária. São posições diferenciais, sem qualquer positividade. Também não faz sentido, para Laclau e Mouffe, sustentar, como faz Foucault, a diferença entre práticas sociais discursivas e não-discursivas, porque os "assim chamados complexos não-discursivos - instituições, técnicas, organizações produtivas e outros" (p.107) são compostos por formas mais ou menos complexas de posições diferenciais entre objetos, sem que haja uma necessidade externa ao sistema que venha a estruturá-lo, formas essas que só podem ser concebidas como articulações discursivas. Os autores apressam-se em esclarecer que "o que é negado não é que estes objetos existam exter-

namente ao pensamento, mas sim a asserção muito diferente de que eles constituam a si mesmos como objetos fora de qualquer condição de emergência discursiva”(p.108). Já mencionamos anteriormente a vigência do paradigma fenomenologista; ei-lo novamente, produzindo seus efeitos.

Do que foi apresentado até aqui já se pode inferir como os autores abordam a questão do sujeito: “Sempre que nós usarmos a categoria de ‘sujeito’ neste texto, nós o faremos no sentido de ‘posições de sujeito’ dentro de uma estrutura discursiva”(p.115). Não pode fazer sentido, neste quadro, a idéia, cara ao marxismo, de sujeito revolucionário, e ainda menos a atribuição de qualquer privilégio ontológico a esse sujeito. Nenhuma identidade é fixa, garantida pelo fundamento ontológico que seria o pertencimento a uma classe; tampouco é possível a não-fixidez absoluta, que produziria um sistema puro de diferenças, sem estabilização de nenhuma espécie, nem mesmo precária.

Podem, agora, ser reunidos todos os elementos que dão forma à noção de prática de articulação:

A prática de articulação, então, consiste na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial dessa fixação provém do caráter aberto (*openness*) do social, um resultado, por seu turno, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade(p.113).

Isso quer dizer que, na concepção desenvolvida em *Hegemony and Socialist Strategy*, o desaparecimento do “centro” ontológico não projeta o social no caos, porque a prática discursiva produz efeitos não permanentes de estabilização.

Mais à frente, o texto deixa claro que essa produção de efeitos de estabilização é geralmente possibilitada pelo surgimento de uma relação de antagonismo. A lógica do antagonismo produz a equivalência entre posições diferenciais, todas elas reunidas por suas oposições particulares a um “Outro” identificado como comum. O desaparecimento do antagonismo devolve os elementos envolvidos à condição de posições diferenciais não-equivalentes. Percebe-se a relação estreita com a noção de “Outro” de extração psicanalítica, que se refere não a uma outra positividade contraposta ao Eu, mas, sim, àquilo indeterminado que bloqueia a plenitude da expansão do Eu, que nega ao Eu o direito à existência plena. Isso explica porque “o antagonismo não emerge necessariamente em um ponto específico: qualquer posição em um sistema de diferenças, na medida em que ela é negada, pode tornar-se o lugar de um antagonismo”(p.131).

A proliferação dos chamados novos movimentos sociais é a proliferação de antagonismos. Nas sociedades industriais avançadas, esses antagonismos provocam a multiplicação de conflitos democráticos que, não obstante, pelas diferenças que conservam entre si, não logram constituir-se numa rede de posições equivalentes contra um inimigo comum. Nos países periféricos, ao contrário, “a exploração imperialista e a predominância de formas centralizadas e brutais de dominação tendem desde o começo a dotar o conflito popular com um centro, com um inimigo único e claramente definido”(p.131).

Estão postos todos os ingredientes para a introdução do conceito de hegemonia, uma forma de intervenção política que aponta para a capacidade de um agente político promover, através do jogo com os elementos da conjuntura, uma estabilização precária de identidades articuladas entre si e confrontadas, todas elas, com um antagonista comum. Enquanto prática política, hegemonia pressupõe articulação, sobredeterminação e antagonismo:

...para falarmos de hegemonia, o momento articulatório não é suficiente. É também necessário que a articulação se situe através de uma confrontação com práticas articulatórias de antagonismo - em outras palavras, hegemonia deve surgir em um campo atravessado por antagonismos e, conseqüentemente, supor fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira(p.135).

Por “efeitos de fronteira”, Laclau e Mouffe entendem a articulação entre elementos flutuantes, cujas diferenças recíprocas sejam demarcadas por fronteiras flexíveis. Se se tratar de um antagonismo em estado puro (os autores dão o exemplo do milenarismo) então não se terá uma prática de hegemonia:

Apenas a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação por campos opostos - que implica numa constante redefinição dos primeiros - é o que constitui o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica(p.136).

Ou seja, a hegemonia se afirma no interior do espaço aberto pela democracia. Ela é, por assim dizer, a radicalização da própria idéia de democracia, no sentido dado por Lefort, isto é, de uma disputa constante pelo lugar permanentemente vago do poder. A essa altura, os autores explicam que os conceitos gramscianos, de bloco histórico, crise orgânica e guerra de posição serão “...radicalizados numa direção que leva-nos para além de Gramsci”(p.136).

Eis o que existiria além da positividade do social: o jogo da

hegemonia no espaço livre da história, que é pura discursividade. Livre, bem entendido, não de todos os obstáculos: o jogo da hegemonia tem suas próprias regras, e o social encontra-se sempre já tomado por formações discursivas que obrigam qualquer intervenção política a traçar muito bem sua estratégia. Mas não existe a sombra inquietante da presença plena, substituída que foi pela certeza tranquilizadora da permanência do jogo.

A palavra permanência, usada acima, pode levar a crer que estamos lidando com um projeto conservador. Não é bem assim que Laclau e Mouffe pensam a sua Democracia Radical, mas como uma estratégia socialista:

...qualquer projeto para uma democracia radical implica uma dimensão socialista, pois é necessário por um fim às relações capitalistas de produção, que estão na raiz de várias relações de subordinação; *mas o socialismo é um dos componentes de um projeto de democracia radical, não vice-versa*(p.178, grifo meu).

O programa marxista clássico, de autogestão dos produtores, continuam Laclau e Mouffe, é insuficiente para assegurar uma apropriação social do produto, uma vez que os interesses dos trabalhadores não levam em conta as “demandas ecológicas ou de outros grupos que, sem serem produtores, são afetados por decisões tomadas no campo da produção”(p.178). Ao contrário, se o socialismo possui ainda requisitos básicos, eles são de natureza inteiramente diferente:

o descentramento e a autonomia dos diferentes discursos e conflitos, a multiplicação de antagonismos e a construção de uma pluralidade de espaços dentro dos quais eles possam afirmar-se e desenvolver-se, são as condições *sine qua non* [sic] das possibilidades de que os diferentes componentes do ideal clássico de socialismo - que deve, sem dúvida, ser ampliado e reformulado - possam ser realizados(p.192).

Portanto, o que temos aqui é uma visão de socialismo que já não se parece com a que figura em textos clássicos, como, *O Estado e a Revolução* ou a *Crítica ao Programa de Gotha*. Exatamente por ter consciência desta dessemelhança, e por saber que ela esconde, paradoxalmente, uma certa referência ao quadro de questões postas pelos próprios textos criticados, é que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe reivindicam para si a designação de pós-marxistas. Parece justo. O que pode ser questionado é se o seu pós-marxismo é ainda um socialismo.

4 UM SOCIALISMO PÓS-MARXISTA? HIPÓTESES PARA UMA CRÍTICA

Se observarmos outra vez a que Perry Anderson se refere como sendo os requisitos para o socialismo, resumidos na abertura deste texto, não será difícil perceber a magnitude da diferença entre eles e este outro conjunto de requisitos citado logo acima. Em Anderson, os requisitos são, no fundo, exigências postas pela referência, indubitavelmente presente neste autor, à ontologia do ser social, mais ou menos tal como foi elaborada classicamente pelo marxismo. Dentro de um quadro teórico dominado por esta categoria, é possível falar em necessidade do socialismo. Não necessariamente no seu sentido triunfalista, vulgarizado por uma prática militante que anunciava a inevitabilidade da revolução e do socialismo. Aliás, deve-se ter em conta que passagens do próprio Marx autorizavam e alimentavam esta atitude visionária. Mas é também possível pensar a necessidade como carência, falta, como tenta Agnes Heller:

Mesmo que não se aceite a afirmação de Polanyi de que o socialismo é uma tendência sui generis inerente à civilização industrial, seria difícil negar que seja uma de suas tendências e que há, em tais sociedades, uma *necessidade* de socialismo. Não foi Marx quem criou esta necessidade; ele apenas a expressou e formulou.(1993:318, *italico no original*).

Recusada a ontologia do ser social, não há como continuar pensando em necessidade do socialismo. Este poderia sobreviver apenas como um ideal, algo que Engels talvez classificasse como socialismo utópico, mas não poderia mais ser associado a qualquer forma de necessidade. Vimos que o movimento tentado em *Hegemony and Socialist Strategy* é o da descoberta da inexistência do “centro da estrutura”, a explosão do “último reduto do essencialismo” que é a economia, a corrosão dos fundamentos ontológicos da proposta marxista de socialismo. Feito isso, porém, os autores não dispensam mais que meia dúzia de linhas, para explicar por que seria ainda necessária a luta anticapitalista e pró-socialista. É preciso convir que essa advertência, no final da obra, provoca alguma estranheza, se confrontada com todo o restante, e isso se deve ao fato de que ela instala uma certa desarmonia do argumento ao postular a necessidade do socialismo após dinamitar a ontologia do ser social.

Alguém pode, talvez, lembrar que o propósito confessado dos autores não é o de excluir a perspectiva do socialismo, mas, sim,

o de podar suas pretensões universais. Nesse sentido, continuaria nosso interlocutor hipotético, estariam, inclusive, de acordo com A. Heller, que fala de socialismo como “uma” das tendências da sociedade industrial. Mas há aí uma diferença considerável. Primeiro, a filósofa húngara não escreveu quase duzentas páginas de crítica devastadora ao “essencialismo” antes de tocar no ponto que aqui se discute. Seu livro, do qual extraímos o fragmento acima, é, sim, uma crítica à idéia de filosofia da história, que ela propõe substituir por uma teoria da história, por uma espécie de filosofia limitada da história, em suas palavras. Mas, e aqui vai uma segunda e definitiva diferença, sua teoria da história é uma teoria *socialista* da história.⁹ O que equivale a dizer que ela não concebe o social como quem apenas observa o tabuleiro de um jogo, mas como jogadora, que está apostando para vencer.

Colocar esta segunda diferença é, subliminarmente, levantar a suspeita de que haveria um desejo não confessado de neutralidade axiológica em Laclau e Mouffe. Sua descrição do social como campo de antagonismos constituídos por identidades não positivas só pode ser enunciada, a partir de uma posição isenta de qualquer contato com alguma dessas identidades. Do contrário, tornar-se-ia uma descrição, a partir de uma posição de sujeito e, por conseguinte, parcial, já que cada identidade ocupa uma posição no sistema, e nenhuma delas pode pretender o privilégio epistemológico da universalidade, porque não há nenhum privilégio ontológico do tipo “classe universal”. Os autores parecem perseguir um lugar axiológico neutro, não distorcido pela imersão no mundo dos antagonismos. Mas o que pode ser a visão de um jogo quando não se é um dos contendores, e, sim, um observador externo? O que significa, nessas circunstâncias, não desejar o fim do jogo, isto é, não desejar vencer? Por outro lado, o existir uma descrição que se pretenda neutra não pode implicar que o jogo, ele mesmo, também o seja. Se for assim, cabe também, diante da afirmação do alegre jogo da hegemonia, a pergunta-chave do velho direito criminal romano: *Cui prodest?* isto é, a quem aproveita?

De qualquer modo, não se compreende por que Laclau e Mouffe denominam de socialista uma proposta política que não reconhece qualquer centralidade no espaço social e que, portanto, só pode reservar à luta pelo socialismo a posição de um entre vários antagonismos. É curioso, em todo caso, que na página 84 esteja escrito que não se podem deduzir interesses fundamentais no socialismo, a partir de posições no processo de produção, e que na página 178 se reconheça que existe uma dimensão socialista implicada (a implicação é uma necessidade lógica) na Democracia Radical,

porque é preciso pôr um fim a relações de produção que estão na raiz de relações de subordinação. Parece, de fato, ser uma desarmonia no argumento.

Há alguns outros elementos do arsenal argumentativo de *Hegemony and Socialist Strategy* que comportariam questionamentos, se o nosso objetivo aqui fosse o de realizar uma dissecação rigorosa. Seria possível, talvez, contestar a leitura que os autores fazem de certos aspectos da teoria econômica de Marx. A tese da neutralidade das forças produtivas como condição de sustentabilidade do “essencialismo”, por exemplo, poderia ser considerada uma leitura forçada, que não corresponderia ao modo como o próprio Marx põe a questão¹⁰. Do mesmo modo, seria possível tentar provar que Laclau e Mouffe fazem o conceito de classes sociais parecer muito mais inflexível e dogmático do que, digamos, certos trechos de *O Dezoito Brumário*. Ou mesmo exigir que, quanto à questão do interesse fundamental do proletariado no socialismo, faça-se uma discussão atenta às condições históricas de meados do séc. XIX até as primeiras décadas do séc. XX, antes de proferir um julgamento sobre o mito provinciano da classe universal. Mas todas essas hipóteses conduziram a uma complicada discussão exegética, que inundaria o debate com muitas outras questões importantes. Obviamente, é preciso aguardar outra oportunidade para enfrentar este desafio.

Ao menos em um aspecto, contudo, é importante erguer algumas objeções à interpretação, feita implicitamente pelos autores, de postulados teóricos marxistas. Trata-se de argüir a legitimidade do atrelamento do visionarismo triunfalista ao “essencialismo” do materialismo histórico. São coisas bem diferentes afirmar, de um lado, que a história tem sido, até aqui, a história da luta de classes e, por outro, que a humanidade está se encaminhando, quer queira e saiba disso ou não, para o socialismo. O fato de que as mesmas pessoas tenham produzido ou reproduzido as duas frases, e até mesmo o fato de que essas pessoas as tenham ligado por uma relação de derivação, não significa que essa relação seja necessária. Isso o próprio Engels teve que reconhecer, ao formular o seu conhecido *Socialismo ou Barbárie*, admitindo, já aí, uma segunda decorrência possível da mesma premissa. O que é preciso esclarecer é que, ao contrário do que parecem pensar os autores, a aceitação da primeira tese, do materialismo histórico, não obriga a aceitar a segunda.

Já o conceito de antagonismo abre espaço para uma linha interessante de questionamentos, que se referem à noção de “Outro”. Vimos que não se trata de uma positividade, de um ente pleno

de sua própria presença e percebido como tal pelo Eu, isto é, percebido como uma outra presença situada fora do Eu. Ao contrário, na perspectiva adotada na obra que comentamos, se o “Outro” existe é somente porque o Eu sente obstaculizada a sua própria existência plena. Portanto, o “Outro” não existe em si mesmo, mas apenas como uma limitação da identidade do Eu. Ora, esse modo de pôr a questão significa confessar a impossibilidade de conhecer aquilo que não sou eu, significa recair na concepção da infinita solidão da existência, de inspiração sartreana.

É possível olhar de outra forma a relação com o outro, se a percepção da limitação da plenitude da minha identidade for encarada como o desafio de mergulhar na aventura de conhecer o outro. Essa é a aventura da razão, que não se realiza, a não ser abandonando permanentemente o seu *estar-em-si* e saindo em busca do mundo, que sempre a faz retornar, transformada, *para-si*. Não importa se, em sua aventura, a razão logrou conhecer verdadeiramente o outro, ou se é possível ter certeza dessa verdade como, freqüentemente, a razão deseja ter. O importante é que é este movimento que constitui tanto a história quanto as identidades do eu e do outro¹¹. Evidentemente, o pressuposto para essa aventura ser possível é o reconhecimento de que há algo para ser conhecido fora do eu, e que esse algo tem direito a existência própria. Ou, servindo-nos livremente da poesia, reconhecer que, no meio do caminho da identidade do eu, o que aparece, para eterna memória das retinas fatigadas pelo trabalho, é uma pedra. Ela impõe sua presença, no meio do caminho.

Existe também um outro Marx, que aparece muito menos no desenvolvimento histórico do marxismo. É o das Teses sobre Feuerbach, rejeitado por um número considerável de marxistas, por ser humanista ou por não ter ainda se livrado do hegelianismo. A terceira tese apresenta uma solução para a tensão necessidade versus liberdade, bem diferente da proposta por Laclau e Mouffe. Ao invés da lógica do suplemento, a lógica dialética. O homem é pensado como um ser historicamente determinado, o que mantém a perspectiva materialista, embora em bases radicalmente distintas do naturalismo de Feuerbach. Acontece que Marx reprova, em Feuerbach, sobretudo o fato de ele esquecer que “são precisamente os homens que transformam as circunstâncias” (MARX, 1989:94), ou seja, que o império da necessidade contém o seu oposto, a liberdade. A síntese desta contradição é a própria história, que é, então, a história da luta entre a liberdade e a necessidade.

A exploração dessa perspectiva filosófica conduz a uma outra maneira de enfrentar o problema da relação necessidade X contin-

gência. O reconhecimento do pólo da necessidade, com tudo o que ele implica em termos de aceitação da presença, abre uma chance para o que chamamos acima de a aventura da razão. Os antagonismos, por exemplo, poderiam ser pensados através da descoberta de uma antagonista — o “Outro” — presente a si e possível de ser visitado, conhecido. Isso não significaria retomar o que Laclau chamou de absolutismo da razão. A razão, que pode um dia ter-se imaginado absoluta, nunca o foi de fato, pelo motivo banal de que, por provocação de seu “outro” que é o mundo, ela sempre esteve presa a um movimento que nunca pôde controlar, que é o da sua própria história. Se se preserva a idéia de que há necessidades no mundo social, para além dos movimentos na forma de seqüências discursivas, a razão pode converter-se em instrumento de enfrentamento, conhecimento e satisfação dessas necessidades.

Por seu turno, o reconhecimento do pólo da liberdade significa abrir uma chance para a idéia de iniciativa política e desfechar um golpe fatal no triunfalismo e no quietismo. Há, aqui, lugar para a idéia de hegemonia, pensada como esforço de produção de articulação política entre sujeitos que são capazes de interferir no processo do social, e cuja intervenção produz efeitos positivos de conservação ou de transformação. O que seria o mesmo que dizer, espaço para jogar o jogo da hegemonia no espaço “não-livre” da história.

Ora, este gesto nos levaria a quebrar o projeto de desconstrução da metafísica da presença e a reafirmar o status ontológico do contexto. E permitiria, no que diz respeito às classes sociais, não tomá-las como entes, no sentido propriamente metafísico, que supõe a imutabilidade do ser que é, mas como um movimento permanente do *em-si* até o *para-si*. Não se pode predeterminar o fim deste movimento, assim como não se pode afirmar a sua eternização. São questões que pertencem a um outro tempo. Mas pode-se perceber que este movimento produz efeitos tópicos, tangíveis, como as lutas sociais ou as formas de consciência históricas, que podem ser estudados como processos inerentes ao ser social, esse compósito de liberdade e necessidade. Laclau e Mouffe, seguramente, não aceitariam tal sugestão. Não somente por sua atitude antiessencialista mas, talvez, principalmente, por sua recusa cabal da dialética.

José Guilherme Merquior critica severamente Derrida, pelo que ele considera ser o ceticismo político do autor de *Margens da Filosofia*. Essa acusação não pode ser feita a Laclau e Mouffe, que são, de longa data, engajados e atuantes em movimentos políticos. Mas terá alguma utilidade questionar, por fim, a eficácia de seu engajamento cotejado com as idéias de *Hegemony and Socialist*

Strategy. Sabemos agora que a maior lealdade do projeto radical-democrático não é com o socialismo (“o socialismo é um dos componentes de um programa de democracia radical, e não vice-versa”, p. 178), embora os autores não queiram formalizar seu afastamento deste último. Isso implica que sua teoria política rende tributos a um outro projeto prioritário, dentro do qual o socialismo não figura como necessário, como já vimos. Se o próprio discurso socialista não afirma a necessidade do socialismo, isso provavelmente determina o seu enfraquecimento como estratégia discursiva, para estabelecer uma rede de equivalências e confrontar o seu antagonista. Nem tanto pela redução das pretensões, absolutistas e universalistas de sua própria posição mas, fundamentalmente, pela virtual impossibilidade de conquistar do antagonista a mesma redução de absolutismo. É que não estamos falando de um antagonista qualquer, mas do grande poder econômico capitalista, seguramente um adversário de qualquer proposta de socialismo. Diferentemente de nossos autores, o discurso dos capitalistas aspira à universalização e trata de impô-la, com as armas de que dispõe. Dependendo da atitude da esquerda, este antagonista poderia encontrar uma pedra, talvez até mesmo bem sólida, no meio do caminho.

As idéias comentadas neste artigo estão em plena efervescência nos meios políticos. Dentro da esquerda brasileira, por exemplo, as posições assumidas pela tendência interna Democracia Radical, do Partido dos Trabalhadores, da qual faz parte o autor do fragmento que usamos como epígrafe, aproxima-se de Laclau e Mouffe, mais do que apenas pela denominação da organização. A extensão e os efeitos da circulação dessas idéias é mais um ponto em aberto, esperando impacientemente por investigação. Porque o tempo não pára, e enquanto, na política, as diferentes visões de futuro lutam por um lugar ao sol, o presente acontece, e é tocado, com maior ou menor volúpia, por cada um dos futuros vislumbrados. O Anjo de Walter Benjamin continuará, por enquanto, boquiaberto e, ainda mais, assustado. Pois se as ruínas não cessam de amontoar-se cada vez mais ante os seus olhos espantados, outra catástrofe, de proporções comparáveis, devasta tudo às suas costas, produzindo um tremor que se propaga pelo espaço. Não é somente aos mortos que é negada a paz: também o futuro não promete tranquilidade.

NOTAS

- ¹ “Há um quadro de Paul Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter--se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não consegue mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” BENJAMIN, W. *Sobre o Conceito de História*. In BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, 7. ed., S. Paulo, Brasiliense, 1994, vol. I, p.226..
- ² C.f. Michel ZAIDAN FILHO. A Esquerda Pós-Comunista no Brasil. *Política Hoje*, I, n.2, Recife, agosto-dezembro de 1994, p.59-67.
- ³ O emprego do termo “aparece” não é acidental ou ingênuo, como logo ficará claro.
- ⁴ Nos parágrafos seguintes, baseio-me quase exclusivamente na reconstituição das três etapas históricas do estruturalismo feita pelo próprio Laclau (1991). Com isso, tenciono não só compor uma panorâmica deste movimento, mas também já aproximar-me do modo como Laclau se apropria dessa tradição.
- ⁵ A propósito da metáfora do jogo, pode-se lembrar que a afirmação do jogo da hegemonia é exatamente o modo como Laclau e Mouffe concluem a sua obra. Também Burity (1994), sintomaticamente, pergunta, no título do seu artigo, “Qual o jogo da democracia?”.
- ⁶ Sobre a crítica ao humanismo em Derrida, há um breve comentário em Henri, P. *Os Fundamentos Teóricos da Análise do Discurso de Michel Pêcheux*. In GADET, F. e HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Unicamp, 1990.
- ⁷ Tenho em mente, a título de exemplo, o que sobreveio, no plano teórico, ao violento massacre da revolução alemã, completado em princípios dos anos 20: o “*pragmatic turn*” da social-democracia germânica e o abandono da perspectiva de revolução universal do proletariado, substituído depois pela tese do socialismo num só país.
- ⁸ As citações desta obra são feitas com traduções livres, diretamente do original.
- ⁹ Cf. HELLER, 1993, especialmente o capítulo 21, *A Necessidade da Utopia*.
- ¹⁰ A esse respeito, pode-se encontrar em Marx uma posição inteiramente diferente da presumida pretensão de neutralidade das forças pro-

dutivas. Cf. sobretudo os capítulos VII (A taxa de mais-valia), VIII (A jornada de trabalho) e X (Conceito de mais-valia relativa) do Livro I de *O Capital*. (Marx, 1985).

- ¹¹ Habermas propõe uma interpretação interessante e diferente da aqui exposta para a dialética da eticidade e da interação, partindo do jovem Hegel. C.f. HABERMAS, J. *Trabalho e Interação*. In HABERMAS, J. *Ciência e Técnica como Ideologia*. Lisboa, Edições 70, 1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. *O Fim da História; de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARONOWITZ, S. *Pós-Modernismo e Política*. In HOLLANDA, H. Buarque de. (org.) *Pós-Modernidade e Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- BURITY, J. Transbordamento do Social e Hegemonia. Qual é o Jogo da Democracia? *Política Hoje*, Recife, n.1 p.54-70 jan/jul., 1994.
- DERRIDA, J. *A Estrutura, o Signo e o jogo no Discurso das Ciências Humanas*. In DERRIDA, J. *A Escritura e a Diferença*. S. Paulo: Perspectiva, 1971.
- DERRIDA, J. *Assinatura, Evento e Contexto*. In: DERRIDA, J. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- DERRIDA, J. *Da Gramatologia*. São Paulo: Edusp-Perspectiva, 1973.
- HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LACLAU, E. *A Política e os Limites da Modernidade*. In HOLLANDA, H. Buarque de (org.) *Pós-Modernidade e Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso, 1985.
- MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K. Introdução a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. In MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Col. Os Economistas).
- MARX, K. *O Capital. Livro 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.1 (Col. Os Economistas).
- MARX, K. *Teses Sobre Feuerbach*. In MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MERQUIOR, J. G. *De Praga a Paris*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- ROLIM, Marcos. *Reflexões críticas sobre o Marxismo. O PT e o Marxismo*. São Paulo: Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, 1991.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1988.